



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
COORDENADORIA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO
SEÇÃO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Regulamento

da Auditoria de Correição
e da Primeira Instância da Justiça Militar da União

Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998
e legislações correlatas

*Texto consolidado a partir da redação dada pelas Resoluções de
nºs 145, de 4/10/2006, 261, de 26/02/2019 e 314, de 25/07/2022.*

4ª Edição

Brasília-DF
2023

Regulamento

da Auditoria de Correição
e da Primeira Instância da Justiça Militar da União

Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998
e legislações correlatas

*Texto consolidado a partir da redação dada pelas Resoluções de
nºs 145, de 4/10/2006, 261, de 26/02/2019 e 314, de 25/07/2022.*



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Regulamento

da Auditoria de Correição
e da Primeira Instância da Justiça Militar da União

Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998
e legislações correlatas

*Texto consolidado a partir da redação dada pelas Resoluções de
nºs 145, de 4/10/2006, 261, de 26/02/2019 e 314, de 25/07/2022.*

Brasília-DF
2023

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (2023)

Ministro Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo (Presidente)

Ministro Dr. José Coêlho Ferreira (Vice-Presidente e Ministro-Corregedor da JMU)

Secretaria do STM

José Carlos Nader Motta (Diretor-Geral)

Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (DIDOC)

Maria Juvani Lima Borges (Diretora)

Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (COGES)

Luciana Lopes Humig (*Coordenadora*)

Coordenadoria de Preservação e Difusão da Memória Institucional (CODIM)

Airton Guimarães Xavier (Coordenador)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (2023)

Ministro Ten Brig Ar Francisco JOSELI Parente Camelo (Presidente)

Ministro Dr. José COELHO Ferreira (Vice-Presidente e Ministro-Corregedor da JMU)

Ministra Dra. MARIA ELIZABETH Guimarães Teixeira Rocha

Ministro Dr. ARTUR VIDIGAL de Oliveira

Ministro Gen Ex Lúcio Mário de Barros GÓES

Ministro Dr. José BARROSO Filho

Ministro Gen Ex Odilson Sampaio BENZI

Ministro Gen Ex Marco Antônio de FARIAS

Ministro Dr. PÉRICLES Aurélio Lima de Queiroz

Ministro Ten Brig Ar Carlos Vuyk de AQUINO

Ministro Alte Esq Leonardo PUNTEL

Ministro Alte Esq Celso Luiz NAZARETH

Ministro Ten Brig Ar Carlos Augusto AMARAL Oliveira

Ministro Alte Esq Cláudio Portugal de VIVEIROS

Ministro Gen Ex Lourival CARVALHO Silva

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Seção de Informação Legislativa - LEGIS

Consolidação do texto

Equipe - LEGIS

Chefia de editoração e de revisão

Mosaír Gomes Lima de Freitas

Projeto gráfico e diagramação

Filipi Oliveira Machado

Ficha Catalográfica

Nathália Gomes Costa Melo - CRB1 - 2560

Ficha Catalográfica

Brasil. Superior Tribunal Militar.

Regulamento da Auditoria de Correição e da primeira instância da Justiça Militar da União : Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998 e legislações correlatas. – 4. ed. – Brasília, DF : Superior Tribunal Militar, Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, 2023.

39 p. : il.

Texto consolidado a partir da redação dada pelas Resoluções de nºs 145, de 4/10/2006, 261, de 26/02/2019 e 314, de 25/07/2022.

1. Corregedoria da Justiça Militar da União, regulamento. 2. Corregedoria da Justiça Militar da União, organização. 3. Núcleo de Apoio da Diretoria do Foro da 1ª CJM, regulamento. 4. Núcleo de Apoio da Diretoria do Foro da 2ª CJM, regulamento. 5. Núcleo de Apoio da Diretoria do Foro da 11ª CJM, regulamento. I. Título.

CDU 344.3(094.7)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Elaboração, distribuição e informações

Superior Tribunal Militar (STM)

Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (DIDOC)

Setor de Autarquias Sul – Praça dos Tribunais Superiores

Edifício-Sede – 10º Andar

CEP: 70098-900 – Brasília-DF

Telefones: (61) 3313-9183/3313-9200/3313-9311

E-mail: didoc@stm.jus.br



Acesse aqui a versão digital

SUMÁRIO

1 APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 80, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998.....	9
2 CAPÍTULO I DA FINALIDADE	11
3 CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO	11
3.1 SEÇÃO I DA AUDITORIA DE CORREIÇÃO	11
3.2 SEÇÃO II DAS AUDITORIAS	12
3.3 SEÇÃO III DA DIREÇÃO DO FORO	12
4 CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES	13
4.1 SEÇÃO I DA AUDITORIA DE CORREIÇÃO	13
4.1.1 SUBSEÇÃO I DO JUIZ-AUDITOR CORREGEDOR.....	13
4.1.2 SUBSEÇÃO II DA SECRETARIA.....	15
4.1.3 SUBSEÇÃO III DA SEÇÃO JUDICIÁRIA.....	16
4.1.4 SUBSEÇÃO IV DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO	17
4.2 SEÇÃO II DAS AUDITORIAS	17
4.2.1 SUBSEÇÃO I DO JUIZ FEDERAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO....	17
4.2.2 SUBSEÇÃO II DO JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	21
4.2.3 SUBSEÇÃO III DA SECRETARIA.....	22
4.2.4 SUBSEÇÃO IV DA SEÇÃO JUDICIÁRIA	23
4.2.5 SUBSEÇÃO V DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO	24

4.3 SEÇÃO III DA DIREÇÃO DO FORO	27
4.3.1 SUBSEÇÃO I DA DIRETORIA DO FORO	27
4.3.2 SUBSEÇÃO II DO NÚCELO DE APOIO	29
5 CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	31
6 CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO, CONCEITUAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	32
7 CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	34
8 ORGANOGRAMAS (GRÁFICOS DA ORGANIZAÇÃO FORMAL).....	35
9 ANEXO I LEGISLAÇÃO CORRELATA.....	36

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998

Aprova o Regulamento da Auditoria de Correição e da Primeira Instância da Justiça Militar da União.

O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso XXI, do Regimento Interno, e considerando o decidido na Sessão Administrativa de 29 de outubro de 1998, na apreciação do Expediente Administrativo nº 062/98,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento da Auditoria de Correição e da Primeira Instância da Justiça Militar da União.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1998

Gen Ex **EDSON ALVES MEY**
Ministro-Presidente

AUDITORIA DE CORREIÇÃO E PRIMEIRA INSTÂNCIA

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

~~Art. 1º~~ Este Regulamento complementa o disposto na Lei de Organização Judiciária Militar, na parte relativa à Auditoria de Correição e Primeira Instância da Justiça Militar da União. [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

~~Art. 2º~~ A Justiça Militar da União é exercida, na Primeira Instância, pelos Conselhos de Justiça, Juízes Auditores e Juízes Auditores Substitutos, na forma prevista em lei, incumbindo à Auditoria de Correição a fiscalização e orientação daqueles órgãos em sua atuação judiciária e administrativa. [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

SEÇÃO I

DA AUDITORIA DE CORREIÇÃO

~~Art. 3º~~ A Auditoria de Correição, com jurisdição em todo o território nacional, é órgão de fiscalização e orientação judiciário-administrativa da Primeira Instância da Justiça Militar da União e tem sua competência, organização e atribuições definidas na Lei de Organização Judiciária Militar e neste Regulamento. [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

~~Art. 4º~~ A Auditoria de Correição tem a seguinte estrutura organizacional: [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

1. Juiz Auditor Corregedor [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

1.1. Gabinete [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

1.2. Secretaria [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

~~1.2.1. Seção de Administração~~ [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

~~1.2.2. Seção Judiciária~~ [\(Revogado pela Resolução nº 261, de 26 de fevereiro de 2019\)](#)

SEÇÃO II DAS AUDITORIAS

Art. 5º As Auditorias, distribuídas em Circunscrições Judiciárias Militares (CJM) pela Lei de Organização Judiciária Militar, constituem a Primeira Instância da Justiça Militar da União e têm suas funções definidas no Código de Processo Penal Militar, na Lei de Organização Judiciária Militar e neste Regulamento.

Art. 6º As Auditorias são organizadas em:

1. Juiz Federal da Justiça Militar da União e Juiz Federal Substituto da Justiça Militar da União

1.1. Gabinetes

1.2. Secretaria

1.2.1. Seção de Administração

1.2.2. Seção Judiciária

SEÇÃO III DA DIREÇÃO DO FORO

~~**Art. 7º** A 1ª e a 2ª CJs têm uma Direção do Foro organizada da seguinte forma:~~

~~1. Diretoria do Foro~~

~~1.1. Núcleo de Apoio~~

Art. 7º Nas Circunscrições Judiciárias Militares em que houver apenas uma Auditoria com sede na mesma localidade haverá uma Diretoria do Foro,

cujas atribuições serão exercidas de modo direto e automático pelo respectivo Juiz Federal da Justiça Militar da União titular, e em seus afastamentos pelo Juiz Federal Substituto da Justiça Militar da União investido na titularidade do Juízo. [\(Redação dada pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006\)](#)

§ 1º Apenas nas localidades em que houver, em funcionamento, mais de uma Auditoria na mesma sede, a Diretoria do Foro será organizada com um Núcleo de Apoio, sendo as atribuições de Diretor do Foro exercidas por Juiz Federal da Justiça Militar da União titular da respectiva Circunscrição, mediante designação do Ministro-Presidente do Tribunal. [\(Incluído pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006\)](#)

§ 2º A função de Diretor de Foro onde houver Auditorias instaladas na mesma sede, será exercida, observando-se os critérios de antiguidade e rotatividade entre os magistrados, mediante Provimento do Presidente do Tribunal. Neste caso, também, estará previsto em Provimento o modo como se efetivará a substituição eventual de Diretor do Foro por motivo de férias ou outros afastamentos. [\(Incluído pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006\)](#)

§ 3º Os Núcleos de Apoio das Diretorias do Foro serão dotados de local e pessoal exclusivos para suas atividades precípuas, sendo sua lotação estabelecida em Provimento da Presidência do Tribunal. [\(Incluído pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006\)](#)

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I DA AUDITORIA DE CORREIÇÃO

Subseção I DO JUIZ-AUDITOR CORREGEDOR

Art. 8º Compete ao Juiz-Auditor Corregedor, além das atividades jurisdicionais previstas em lei:

I - dirigir e supervisionar todas as atividades judiciárias legalmente

afetas à Auditoria, bem como as administrativas, no âmbito de suas atribuições;

II - cumprir e fazer cumprir os atos normativos de competência do Superior Tribunal Militar- STM;

III - certificar-se, dentro dos primeiros trinta dias a contar da sua posse, do estado de escrituração e do patrimônio da Auditoria, devendo participar ao Ministro-Presidente do STM, para as providências que se fizerem necessárias, as irregularidades porventura encontradas;

IV - organizar dados cadastrais relativos aos Juízes Federais da Justiça Militar da União em estágio probatório e remetê-los ao Presidente da Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório, decorridos 18 (dezoito) meses de exercício no cargo;

V - diligenciar para que não haja passagem de cargo ou função, sem que a carga e outros bens estejam em ordem;

VI - propor ao Ministro-Presidente do Tribunal a transferência, alienação, carga e descarga de material permanente da Auditoria;

VII - indicar titulares e substitutos para as funções comissionadas (FC) previstas no Quadro de Lotação da Auditoria, observados os requisitos estabelecidos para o exercício das respectivas funções;

VIII - dar posse a servidores habilitados em concurso público, nomeados para cargos de provimento efetivo, bem como a servidor nomeado para a FC de Diretor de Secretaria;

IX - conceder aos servidores que lhe sejam subordinados as seguintes vantagens e benefícios, de acordo com a legislação vigente:

- a) indenização transporte;
- b) salário-família;
- c) licença à gestante;
- d) licença à adotante;
- e) licença-paternidade;
- f) licença para tratamento de saúde;
- g) licença por motivo de doença em pessoa da família;
- h) horário especial;
- i) ausências previstas no art. 97 e seus incisos da Lei nº 8.112/90;
- j) auxílio-funeral;

X - decidir sobre pedidos de justificação de faltas ao serviço, bem como sobre alteração de período de férias;

XI - instaurar sindicância e procedimento administrativo disciplinar para apurar irregularidades ou infrações funcionais dos servidores que lhe sejam subordinados, designando os respectivos encarregados;

XII - aplicar aos servidores da Auditoria as penalidades de suspensão, até 30 (trinta) dias, e advertência, bem como propor a destituição de função comissionada;

XIII - encaminhar ao Ministro-Presidente do STM os processos administrativos disciplinares passíveis de pena de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

XIV - autorizar margem consignável, para desconto em folha de pagamento, dos servidores que lhe sejam subordinados;

XV - encaminhar à Secretaria de Planejamento e Controle – SEPLA / STM a Proposta Orçamentária Anual da Auditoria, conforme normas e prazos estabelecidos;

XVI - encaminhar os pedidos de aquisição de bens e serviços, conforme o Plano de Ação da Auditoria;

XVII - complementar e regulamentar matérias de caráter administrativo, no âmbito de sua área de atuação, respeitados os atos normativos hierarquicamente superiores;

XVIII- cumprir outras atribuições previstas em lei e nos demais atos normativos.

Subseção II

DA SECRETARIA

Art. 9º À Secretaria compete:

I - programar e desenvolver as atividades auxiliares, de acordo com a Lei de Organização Judiciária Militar e com as diretrizes traçadas pelo Juiz-Auditor Corregedor;

II - planejar, organizar, coordenar e promover o desenvolvimento das atividades administrativas afetas à Auditoria;

III – proceder à verificação final dos autos e à conferência dos relatórios elaborados, para despacho do Juiz-Auditor Corregedor;

IV - realizar as diligências determinadas pelo Juiz-Auditor Corregedor;

V - pesquisar jurisprudência, doutrina, legislação e outros assuntos de interesse da Auditoria, bem como organizá-los e mantê-los atualizados;

- VI - lavrar os termos de posse dos servidores da Auditoria;
- VII - analisar o desempenho do órgão, objetivando a racionalização e a elevação dos níveis de qualidade;
- VIII - propor programas de desenvolvimento e treinamento dos servidores da Auditoria;
- IX - apresentar o relatório anual de atividades da Auditoria, na forma e prazo estabelecidos;
- X - examinar e acompanhar a elaboração da Proposta Orçamentária Anual da Auditoria ou Alteração do Plano de Ação;
- XI - acompanhar a elaboração dos pedidos de aquisição de bens e serviços, conforme Plano de Ação, observados prazos e instruções;
- XII - cumprir outras atribuições inerentes ao órgão, determinadas pelo Juiz-Auditor Corregedor ou cometidas através de normas.

Subseção III DA SEÇÃO JUDICIÁRIA

Art. 10. À Seção Judiciária compete:

- I - desenvolver as atividades auxiliares, de acordo com a Lei de Organização Judiciária Militar e nos termos determinados pelo Juiz-Auditor Corregedor, com a orientação e supervisão do Diretor de Secretaria;
- II - receber e registrar os autos, bem como atualizar, corrigir e cadastrar os dados relativos ao andamento dos processos no Sistema de Acompanhamento de Processos na Justiça Militar - SAM;
- III - verificar a exatidão do rito processual nos autos findos e de inquérito, remetidos à Auditoria;
- IV - cumprir despachos e diligências determinados pelo Juiz-Auditor Corregedor;
- V - providenciar a restituição dos autos às auditorias de origem;
- VI - pesquisar jurisprudência, doutrina, legislação e outros assuntos de interesse da Auditoria, bem como organizá-los e mantê-los atualizados;
- VII - elaborar a ata mensal dos processos examinados pelo Juiz-Auditor Corregedor;
- VIII - fornecer dados para estatística;
- IX - cumprir outras atribuições inerentes ao órgão, determinadas pelo

superior ou cometidas através de normas.

Subseção IV

DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. À Seção de Administração compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades administrativas afetas à Auditoria, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Juiz-Auditor Corregedor e com a orientação do Diretor de Secretaria;

II – elaborar a Proposta Orçamentária da Auditoria;

III - administrar o Plano de Ação da Auditoria, conforme legislação, e propor as pertinentes alterações, quando for o caso;

IV - elaborar os pedidos de aquisição de bens e serviços, conforme Plano de Ação;

V - elaborar os processos de suprimento de fundos, conforme legislação específica;

VI - manter atualizado o registro de bens móveis da Auditoria;

VII - realizar as atividades referentes a pessoal, com relação aos servidores da Auditoria;

VIII - elaborar o relatório anual de atividades da Auditoria, na forma e prazo estabelecidos;

IX - cumprir outras atribuições inerentes ao órgão, determinadas pelo superior ou cometidas através de normas.

Seção II

DAS AUDITORIAS

Subseção I

Do Juiz Federal da Justiça Militar da União

Art. 12. Compete ao Juiz Federal da Justiça Militar da União, além das atividades jurisdicionais previstas em lei:

I - dirigir e supervisionar todas as atividades judiciárias legalmente afetas à Auditoria, bem como as administrativas, no âmbito de suas atribuições;

II - cumprir e fazer cumprir os atos normativos de competência do Superior Tribunal Militar - STM;

III - cumprir os Provimentos de competência da Auditoria de Correição da Justiça Militar;

IV - distribuir, alternadamente, entre si e o Juiz Federal Substituto da Justiça Militar da União, todos os feitos aforados na Auditoria, obedecida a ordem de entrada;

V - autenticar, de próprio punho, os livros da Auditoria;

VI - certificar-se, dentro dos primeiros trinta dias a contar da sua posse, do estado de escrituração e do patrimônio da Auditoria, devendo participar ao Ministro-Presidente do STM, para as providências que se fizerem necessárias, as irregularidades porventura encontradas;

VII - diligenciar para que não haja passagem de cargo ou função, sem que a carga e outros bens estejam em ordem;

VIII - propor ao Ministro-Presidente do Tribunal a transferência, alienação, carga e descarga de material permanente da Auditoria;

IX - indicar titulares e substitutos para as funções comissionadas (FC) previstas no Quadro de Lotação da Auditoria, observados os requisitos estabelecidos para o exercício das respectivas funções;

X - dar posse a servidores habilitados em concurso público, nomeados para cargos de provimento efetivo, bem como a servidor nomeado para a FC de Diretor de Secretaria;

XI - conceder aos servidores que lhe sejam subordinados as seguintes vantagens e benefícios, de acordo com a legislação vigente:

a) diárias destinadas à execução de mandados;

b) indenização transporte;

c) salário-família;

d) licença à gestante;

e) licença à adotante;

f) licença-paternidade;

g) licença para tratamento de saúde;

h) licença por motivo de doença em pessoa da família;

i) horário especial;

j) ausências previstas no art. 97 e seus incisos da Lei nº 8.112/90;

k) auxílio-funeral;

XII - decidir sobre pedidos de justificação de faltas ao serviço, bem como sobre alteração de período de férias;

XIII - instaurar sindicância e procedimento administrativo disciplinar para apurar irregularidades ou infrações funcionais dos servidores que lhe sejam subordinados; designando os respectivos encarregados;

XIV - aplicar aos servidores da Auditoria as penalidades de suspensão, até 30 (trinta) dias, e advertência, bem como propor a destituição de função comissionada;

XV - encaminhar ao Ministro-Presidente do STM os processos administrativos disciplinares passíveis de pena de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;

XVI - autorizar margem consignável, para desconto em folha de pagamento, dos servidores que lhe sejam subordinados;

XVII - remeter ao STM, em conformidade com as normas e prazos estabelecidos, a Proposta Orçamentária da Auditoria ou Alteração do Plano de Ação, devidamente justificados;

XVIII - encaminhar os pedidos de aquisição de bens e serviços, conforme Plano de Ação;

XIX - praticar todos os atos de gestão orçamentária e financeira referentes à Auditoria, a saber:

a) exercer as funções de ordenador de despesas;

b) autorizar despesas referentes a "Exercícios Anteriores";

c) conceder suprimento de fundos;

d) remeter ao Tribunal os relatórios expositivos referentes à execução orçamentária, visando ao acompanhamento da execução do Plano de Ação da Auditoria;

e) encaminhar ao STM os pedidos de programação financeira, nos prazos e em conformidade com as normas vigentes;

f) apresentar ao STM, no prazo estabelecido, Relatório Anual da Unidade Gestora para a Tomada de Contas, conforme legislação em vigor;

XX - autorizar a realização de licitações, nas modalidades tomada de preços e convite, para a aquisição de materiais e execução de obras e serviços;

XXI - proceder à homologação de processos licitatórios, adjudicando, na forma regulamentar, o respectivo objeto;

XXII - celebrar contratos, convênios, acordos ou ajustes e termos aditivos;

XXIII - autorizar a realização de despesas, na forma da lei;

a) para obras e serviços de engenharia, bem como para outros serviços e compras, nos limites previstos;

b) nos casos de emergência ou de calamidade pública;

c) quando não acudirem interessados à licitação anterior e justificadamente não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração;

d) quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

e) para aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgãos que integrem a Administração Pública;

f) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual;

g) na compra de gêneros perecíveis no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes;

XXIV – autorizar a liberação da garantia prestada pelo licitante vencedor, de acordo com o previsto no § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

XXV - aplicar aos fornecedores ou executantes adjudicatórios de obras ou serviços as penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois (02) anos;

XXVI - designar comissão para o recebimento de materiais, obras e serviços, nos casos previstos em lei;

XXVII - designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos, nos termos da lei;

XXVIII - constituir comissão para exame de matérias de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

XXIX - responsabilizar imediatamente o agente que não transmitir certa e em ordem a carga de dinheiro e outros bens, assim como em ordem e em dia a respectiva escrituração;

XXX - complementar e regulamentar matérias de caráter administrativo, no âmbito de sua área de atuação, respeitados os atos normativos hierarquicamente superiores;

XXXI - administrar o imóvel onde funciona a Auditoria;

XXXII - requisitar força federal ou policial para garantia dos trabalhos do Juízo ou de seus Juízes-Auditores;

XXXIII - cumprir outras atribuições previstas em lei e nos demais atos normativos.

~~**Parágrafo único.** Aos Juízes Auditores da 1ª, 2ª e 11ª CJMs não competem as atribuições contidas nos incisos XIX a XXVIII, em face da existência da Direção do Foro nas duas primeiras, e da avocação, pelo STM, daquelas atribuições com relação à última.~~

Parágrafo único. Aos Juízes Federais da Justiça Militar da União da 1ª, 2ª e 11ª CJMs não competem as atribuições contidas nos incisos XIX a XXVIII, em virtude de as duas primeiras possuírem mais de uma Auditoria na mesma sede e, neste caso, serem dotadas de uma única Direção do Foro, e quanto à 11ª CJM, por haver a avocação pelo STM das referidas atribuições. [\(Redação dada pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006\)](#)

Subseção II

Do Juiz Federal Substituto da Justiça Militar da União

Art. 13. Compete ao Juiz Federal Substituto da Justiça Militar da União, além das atividades jurisdicionais previstas em lei:

I - substituir, em licenças, férias e impedimentos, o Juiz Federal da Justiça Militar da União do próprio Juízo onde se encontra lotado, ou, mediante convocação do Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, Juiz Federal da Justiça Militar da União de outras Auditorias, em qualquer Circunscrição Judiciária Militar;

II - cumprir os atos normativos do Superior Tribunal Militar e os Provimentos de competência da Auditoria de Correição, na parte concernente à sua atuação individual;

III - praticar, quando no exercício da titularidade do Juízo, os atos privativos do Juiz Federal da Justiça Militar da União;

IV - cumprir outras atribuições previstas em lei e nos demais atos normativos.

Parágrafo único. É vedado ao Juiz Federal Substituto da Justiça Militar da União alterar portarias e demais atos de competência do Juiz Federal da Justiça Militar da União, quando a substituição decorrer de afastamento eventual, férias e licenças.

Subseção III

DA SECRETARIA

Art. 14. À Secretaria compete:

I. programar, coordenar e desenvolver as atividades auxiliares, de acordo com a Lei de Organização Judiciária Militar e as diretrizes traçadas pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União;

II - planejar, organizar, coordenar e promover o desenvolvimento das atividades administrativas afetas à Auditoria;

III. proceder a citações, intimações e notificações, quando judicialmente determinado, na forma da lei processual penal militar;

IV - organizar as atividades de apoio às audiências, bem como preparar, no prazo legal, expedientes para despacho;

V - receber em depósito, registrar em livro próprio e guardar os bens apreendidos, depositando o numerário em conta bancária específica;

VI - providenciar, no prazo legal, as diligências determinadas pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União;

VII - exhibir os autos dos processos para consulta pelos Advogados e a estes fazer carga, mediante autorização do Juiz Federal da Justiça Militar da União;

VIII - expedir certidões extraídas de autos, livros, fichas e demais papéis sob sua guarda;

IX- providenciar a expedição de mandado de prisão, carta de guia e alvará de soltura;

X- lavrar, em livro próprio, os termos de posse dos servidores da Auditoria;

XI - analisar o desempenho do órgão, objetivando a racionalização e a elevação dos níveis de qualidade;

XII - propor programas de desenvolvimento e treinamento dos servidores da Auditoria;

XIII - apresentar o relatório anual de atividades da Auditoria, na forma e prazo estabelecidos;

XIV - examinar e acompanhar a elaboração da Proposta Orçamentária Anual da Auditoria ou Alteração do Plano de Ação;

XV - acompanhar a elaboração dos pedidos de aquisição de bens e serviços, conforme Plano de Ação, observados prazos e instruções;

XVI - fiscalizar a escrituração dos livros da Auditoria;

XVII - cumprir outras atribuições inerentes ao órgão, determinadas pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União ou cometidas através de normas.

Subseção IV

DA SEÇÃO JUDICIÁRIA

Art. 15. À Seção Judiciária compete:

I – receber, autuar e movimentar feitos, guardar e conservar autos de processos e demais papéis que tramitem pela Auditoria, nos termos determinados pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União, com a orientação e supervisão do Diretor de Secretaria;

II - protocolizar, em livro próprio, os inquéritos, autos de prisão em flagrante, instruções provisórias e processos ordinários e especiais, bem como cadastrar e manter atualizados, no Sistema de Acompanhamento de Processos na Justiça Militar - SAM, os registros dos feitos entrados e em andamento na Auditoria;

III - registrar os autos em livro próprio, com vista às partes, tomando as providências determinadas pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União, em caso de prazo vencido;

IV - lançar o nome dos réus nos livros Rol de Condenados e Controle de Penas;

V - lavrar as atas das sessões dos Conselhos, dos sorteios dos Juízes Militares e respectivos termos de compromisso;

VI - pesquisar jurisprudência, doutrina, legislação e outros assuntos de interesse da Auditoria bem como organizá-los e mantê-los atualizados;

VII - prestar, quando requerido, informações sobre os feitos e seu andamento, salvo quanto à matéria que tramite em segredo de justiça;

VIII - controlar as apresentações de condenados beneficiados por livramento condicional e suspensão condicional da pena;

IX - manter atualizada a relação de Oficiais destinada ao sorteio dos Juízes Militares;

X - manter controle de inquéritos baixados e comunicar ao Juiz Federal da Justiça Militar da União aqueles com prazos vencidos;

XI - fornecer ao Juiz Federal da Justiça Militar da União, de três em três meses, a relação de inquéritos e processos que se encontrem parados na Secretaria;

XII - prestar ao Juiz Federal da Justiça Militar da União informações acerca das prisões provisórias e definitivas em curso;

XIII - fornecer ao Juiz Federal da Justiça Militar da União e afixar, em lugar visível, a pauta das sessões dos Conselhos de Justiça designadas para a semana subsequente;

XIV - fornecer dados para estatística;

XV - cumprir outras atribuições inerentes ao órgão, determinadas pelo superior ou cometidas através de normas.

Subseção V **DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 16. Compete à Seção de Administração:

I - programar, coordenar e executar as atividades administrativas afetas à Auditoria, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União e com a orientação do Diretor de Secretaria;

II - elaborar a Proposta Orçamentária da Auditoria;

III - administrar o Plano de Ação da Auditoria, conforme legislação, e propor as pertinentes alterações, quando for o caso;

IV - elaborar os pedidos de aquisição de bens e serviços, conforme Plano de Ação da Auditoria;

V - elaborar os processos de suprimento de fundos, conforme legislação específica;

VI - elaborar relatórios de distribuição de Vale-transporte;

VII - proceder ao acompanhamento das despesas com combustíveis, lubrificantes e manutenção de veículos, conforme legislação;

VIII - administrar os recursos orçamentários liberados, observando a programação do Plano de Ação;

IX - solicitar reforço de dotação orçamentária;

X - elaborar, mensalmente, os pedidos de programação financeira;

XI - acompanhar as dotações orçamentárias e os recursos financeiros, através do Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle - SIPOC e do

Sistema de Administração Financeira- SIAFI;

XII – informar ao STM as dotações prescindíveis, conforme orientação da Secretaria de Planejamento e Controle - SEPLA / STM;

XIII - elaborar Relatório de Gestão, referente ao exercício anterior, com vistas à Tomada de Contas Anual;

XIV - elaborar, atualizar e executar o Plano de Obras da Auditoria;

XV - registrar no Sistema de Administração Financeira - SIAFI os atos e fatos contábeis;

XVI - verificar o saldo existente na conta única, quando da emissão de ordens bancárias para pagamento de despesas;

XVII - verificar o razão da conta única e da conta ordens bancárias canceladas - OBC e proceder às devidas regularizações;

XVIII- apropriar os depósitos da conta "C" e transferir os recursos para a conta única da UG;

XIX - efetuar a conciliação dos extratos bancários das contas tipo "C" e "B";

XX - elaborar a prestação de contas mensal dos atos de gestão atestados e autorizados e enviá-la à Setorial Contábil, obedecendo ao cronograma da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

XXI - elaborar, mensalmente, mapa constando os períodos de responsabilidade dos titulares e substitutos da Unidade Gestora - UG;

XXII - proceder ao encerramento do exercício financeiro, conforme legislação vigente e instruções baixadas pela Setorial Contábil;

XXIII - organizar e atualizar o cadastro de fornecedores e de prestadores de serviço;

XXIV - elaborar pareceres de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

XXV - elaborar minutas de tomada de preços e carta-convite, bem como as de contrato, convênio, aditamento e distrato e enviá-las para análise da Assessoria Jurídica - STM;

XXVI - divulgar os editais e as cartas-convite, bem como os resultados das licitações;

XXVII - analisar os pedidos de liberação de caução solicitados pelos fornecedores;

XXVIII- emitir notas de empenho para as contratações autorizadas, bem como entregá-las às empresas;

XXIX - providenciar a publicação de extratos de contrato e aditamentos celebrados;

XXX - propor aplicação de penalidades aos contratados inadimplentes;

XXXI - acompanhar os contratos e consultar as empresas, em tempo hábil, quanto ao desejo de renovação;

XXXII – encaminhar à Comissão de Licitação os processos relativos às licitações;

XXXIII - elaborar Atestado de Capacidade Técnica solicitado pelos fornecedores;

XXXIV - elaborar as variações patrimoniais e enviá-las à Diretoria de Patrimônio e Material - DIPAT/STM, para cadastramento dos bens móveis;

XXXV - propor a doação ou cessão de material recolhido ao depósito, bem como a baixa de material permanente;

XXXVI- elaborar termos de baixa, cessão, doação e incorporação de bens patrimoniais;

XXXVII- receber os materiais adquiridos, conferi-los com as especificações constantes do processo de aquisição, bem como armazená-los adequadamente;

XXXVIII- providenciar os serviços de limpeza e conservação das dependências da Auditoria;

XXXIX - manter atualizado o registro de bens móveis da Auditoria;

XL - realizar as atividades referentes a pessoal, com relação aos servidores da Auditoria;

XLI - elaborar o relatório anual de atividades da Auditoria, na forma e prazo estabelecidos;

XLII - cumprir outras atribuições inerentes ao órgão, determinadas pelo superior ou cometidas através de normas.

I Parágrafo único. À Seção de Administração da 1ª, 2ª e 11ª CJMs não competem as atribuições relacionadas nos incisos VI a XXXVIII.

Seção III **DA DIREÇÃO DO FORO**

Subseção I **DA DIRETORIA DO FORO**

Art. 17. É da competência da Diretoria do Foro:

- I - representar administrativamente a Circunscrição Judiciária Militar;
- II - receber, registrar e distribuir, bem como expedir documentos, processos e demais feitos vinculados à Circunscrição Judiciária Militar;
- III - cumprir e fazer cumprir os atos normativos de competência do Superior Tribunal Militar - STM;
- IV - planejar e coordenar os serviços auxiliares não vinculados diretamente aos Juízes Federais da Justiça Militar da União;
- ~~V - praticar todos os atos de gestão orçamentária e financeira referentes à Circunscrição, a saber:~~
- V - praticar todos os atos de gestão orçamentária e financeira referentes à Circunscrição, conforme as especificações abaixo, excetuando-se a 3ª CJM, na qual cada Auditoria exercerá essas mesmas atribuições, a saber: [\(Redação dada pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006\)](#)
 - a) exercer as funções de ordenador de despesas;
 - b) autorizar despesas referentes a "Exercícios Anteriores";
 - c) conceder suprimentos de fundos;
 - d) remeter ao Tribunal os relatórios expositivos referentes à execução orçamentária, visando ao acompanhamento da execução do Plano de Ação;
 - e) encaminhar ao STM os pedidos de programação financeira, nos prazos e em conformidade com as normas vigentes;
 - f) apresentar ao STM, no prazo estabelecido, Relatório Anual da Unidade Gestora para a Tomada de Contas, conforme legislação em vigor;
 - g) manter entendimentos com os Juízes Federais da Justiça Militar da União da Circunscrição sobre os assuntos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial afetos às suas atribuições;
- VI - autorizar a realização de licitações, nas modalidades tomada de preços e convite, para a aquisição de materiais e execução de obras e serviços;
- VII - proceder à homologação de processos licitatórios, adjudicando, na forma regulamentar, o respectivo objeto;

VIII - celebrar contratos, convênios, acordos ou ajustes e termos aditivos;

IX - autorizar a realização de despesas, na forma de lei:

a) para obras e serviços de engenharia, bem como para outros serviços e compras, nos limites previstos;

b) nos casos de emergência ou de calamidade pública;

c) quando não acudirem interessados à licitação anterior e justificadamente não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração;

d) quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

e) para aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgãos que integrem a Administração Pública;

f) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual;

g) na compra de gêneros perecíveis no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes;

X - autorizar a liberação da garantia prestada pelo licitante vencedor, de acordo com o previsto no § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

XI - aplicar aos fornecedores ou executantes adjudicatórios de obras ou serviços as penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois (02) anos;

XII - designar comissão para o recebimento de materiais, obras e serviços, nos casos previstos em lei;

XIII - designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos, nos termos da lei;

XIV - constituir comissão para exame de matérias de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

XV - responsabilizar imediatamente o agente que não transmitir certa e em ordem a carga de dinheiro e outros bens, assim como em ordem e em dia a respectiva escrituração;

XVI - complementar e regulamentar matérias de caráter administrativo, no âmbito de sua área de atuação, respeitados os atos normativos hierarquicamente superiores;

XVII - administrar o imóvel onde funcionam as Auditorias;

XVIII - cumprir outras atribuições previstas em lei e nos demais atos normativos.

I Parágrafo único. Compete à Diretoria do Foro, além das atividades descritas, as atribuições contidas nos incisos I a XVII do artigo 12, no âmbito da respectiva área de atuação.

Subseção II DO NÚCLEO DE APOIO

Art. 18. Compete ao Núcleo de Apoio:

I - programar, coordenar e executar as atividades administrativas afetas à Diretoria do Foro, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União Diretor do Foro;

II – elaborar a Proposta Orçamentária da Diretoria do Foro;

III - administrar o Plano de Ação, conforme legislação, e propor as pertinentes alterações, quando for o caso;

IV - elaborar os pedidos de aquisição de bens e serviços, conforme Plano de Ação da Diretoria do Foro;

V - elaborar os processos de suprimento de fundos, conforme legislação específica;

VI - elaborar relatórios de distribuição de Vale-transporte;

VII - proceder ao acompanhamento das despesas com combustíveis, lubrificantes e manutenção de veículos, conforme legislação;

VIII - administrar os recursos orçamentários liberados, observando a programação do Plano de Ação;

IX - solicitar reforço de dotação orçamentária;

X - elaborar, mensalmente, os pedidos de programação financeira;

XI - acompanhar as dotações orçamentárias e os recursos financeiros, através do Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle - SIPOC e do Sistema de Administração Financeira - SIAFI;

XII - informar ao STM as dotações prescindíveis, conforme orientação da Secretaria de Planejamento e Controle - SEPLA / STM;

XIII - elaborar Relatório de Gestão, referente ao exercício anterior, com vistas à Tomada de Contas Anual;

XIV - elaborar, atualizar e executar o Plano de Obras da Diretoria do Foro;

XV - registrar no Sistema de Administração Financeira -SIAFI os atos e fatos contábeis;

XVI - verificar o saldo existente na conta única, quando da emissão de ordens bancárias para pagamento de despesas;

XVII - verificar o razão da conta única e da conta ordens bancárias canceladas - OBC e proceder às devidas regularizações;

XXVIII - apropriar os depósitos da conta "C" e transferir os recursos para a conta única da UG;

XIX - efetuar a conciliação dos extratos bancários das contas tipo "C" e "B";

XX - elaborar a prestação de contas mensal dos atos de gestão atestados e autorizados e enviá-la à Setorial Contábil, obedecendo ao cronograma da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

XXI - elaborar, mensalmente, mapa constando os períodos de responsabilidade dos titulares e substitutos da Unidade Gestora - UG;

XXII - proceder ao encerramento do exercício financeiro, conforme legislação vigente e instruções baixadas pela Setorial Contábil;

XXIII - organizar e atualizar o cadastro de fornecedores e de prestadores de serviço;

XXIV - elaborar pareceres de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

XXV - elaborar minutas de tomada de preços e carta-convite, bem como as de contrato, convênio, aditamento e distrato e enviá-las para análise da Assessoria Jurídica - STM;

XXVI - divulgar os editais e as cartas-convite, bem como os resultados das licitações;

XXVII - analisar os pedidos de liberação de caução solicitados pelos fornecedores;

XXVIII- emitir notas de empenho para as contratações autorizadas, bem como entregá-las às empresas;

XXIX - providenciar a publicação de extratos de contrato e aditamentos celebrados;

XXX - propor aplicação de penalidades aos contratados inadimplentes;

XXXI - acompanhar os contratos e consultar as empresas, em tempo hábil, quanto ao desejo de renovação;

XXXII - encaminhar à Comissão de Licitação os processos relativos às

licitações;

XXXIII - elaborar Atestado de Capacidade Técnica solicitado pelos fornecedores;

XXXIV - elaborar as variações patrimoniais e enviá-las à Diretoria de Patrimônio e Material - DIPAT/STM, para cadastramento dos bens móveis;

XXXV- propor a doação ou cessão de material recolhido ao depósito, bem como a baixa de material permanente;

XXXVI- elaborar termos de baixa, cessão, doação e incorporação de bens patrimoniais;

XXXVII- receber os materiais adquiridos, conferi-los com as especificações constantes do processo de aquisição, bem como armazená-los adequadamente;

XXXVIII- providenciar os serviços de limpeza e conservação das dependências das Auditorias;

XXXIX - manter atualizado o registro de bens móveis da Diretoria do Foro;

XL - realizar as atividades referentes a pessoal, com relação aos servidores da Diretoria do Foro;

XLI - elaborar o relatório anual de atividades, na forma e prazo estabelecidos;

XLII - cumprir outras atribuições inerentes ao órgão, determinadas pelo superior ou cometidas através de normas.

Parágrafo único. Nas Auditorias onde não haja Núcleo de Apoio à Diretoria do Foro as atribuições especificadas neste artigo serão desempenhadas pela Seção de Administração do Juízo. [Incluído pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006](#)

CAPÍTULO IV

DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Art. 19. O Juiz Federal da Justiça Militar da União está obrigado a divulgar imediatamente qualquer ato ou fato relevante referente à sua gestão.

§ 1º A divulgação das informações a que se refere este artigo deve ser feita por intermédio de publicação no Diário da Justiça ou Diário Oficial da União e/ou Boletim da Justiça Militar (BJM), conforme o caso, na forma e prazo estabelecidos.

§ 2º As decisões e concessões relativas a pessoal não serão publicadas no BJM quando se referirem a:

- I - alteração de estado civil;
- II - filiação e dependentes;
- III - alimentos;
- IV - estado de saúde (física e mental) do servidor.

§ 3º A documentação relativa aos assuntos referidos no § 2º deste artigo deve ser encaminhada ao Tribunal com a classificação de "CONFIDENCIAL", ficando restrita aos respectivos processos e às pessoas que, em razão do efetivo exercício de cargo, função ou atividade, tenham necessidade de conhecer.

Art. 20. Os atos judiciais serão enviados ao órgão oficial de imprensa para publicação.

Art. 21. Os documentos referentes aos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial deverão ser remetidos ao STM, conforme disposto em normas específicas.

CAPÍTULO V

DA CLASSIFICAÇÃO, CONCEITUAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 22. A Auditoria de Correição e a Primeira Instância da Justiça Militar da União produzirão os seguintes tipos de documento, de natureza administrativa:

TIPO	FINALIDADE	SIGNATÁRIO	VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO
NORMATIVO			
PORTARIA	Consubstanciar deliberação, de natureza administrativa, da competência exclusiva do Juiz Federal da Justiça Militar da União; baixar instruções; determinar providências; definir situações funcionais, iniciar sindicâncias, inquéritos e processos administrativos.	Juiz-Auditor Corregedor Juiz Federal da Justiça Militar da União	DJ e/ou BJM
PROVIMENTO	Regular e instruir assuntos interpretando a legislação.	Juiz-Auditor Corregedor	BJM

PROCESSUAL			
PARECER	Expor opinião técnica sobre questão jurídica ou administrativa.	Assinado por quem o apresenta	-
DE CORRESPONDÊNCIA			
EDITAL	Divulgar convocações, citações e intimações.	Juiz Federal da Justiça Militar da União e Diretor de Secretaria	DJ
MEMORANDO	Servir de instrumento de comunicação oficial interna entre os componentes da Auditoria.	Juiz-Auditor Corregedor; Juiz Federal da Justiça Militar da União; Diretor de Secretaria e Supervisor	-
OFÍCIO	Servir de instrumento de comunicação oficial externa da Auditoria com órgãos do poder público, pessoas jurídicas e físicas em geral.	Juiz-Auditor Corregedor; Juiz Federal da Justiça Militar da União; Diretor de Secretaria	-
RELATÓRIO	Expor, de forma circunstanciada, fatos e ocorrências de naturezas diversas.	Assinado por quem o apresenta	-
DE ASSENTAMENTO			
ATA	Registrar fatos e deliberações ocorridas em reunião.	Assinada por participantes da reunião	-
DE PACTO OU AJUSTE			
CONTRATO	Consubstanciar acordo, suscetível de apreciação econômica, relativo a direitos e obrigações das partes signatárias.	De acordo com a competência regimental ou delegada	DOU
CONVÊNIO	Consubstanciar acordo relativo ao cumprimento, pelas partes signatárias, de cláusulas pactuadas sobre assunto de interesse comum.		
PROBATÓRIO			
CERTIDÃO	Expressar o contido em ato ou documento em poder da	Diretor de Secretaria	-

	Auditoria ou certificar a existência ou inexistência de ato, fato ou estado citado por requerente.		
DOCUMENTO é qualquer peça escrita que represente ato administrativo encerrando manifestação de vontade do órgão, dentro de sua esfera de competência.			

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. As Auditorias utilizarão nos serviços judiciários os livros instituídos em lei e em provimentos da Auditoria de Correição da Justiça Militar, observados os modelos aprovados pelo STM.

Parágrafo único. Os livros serão abertos e encerrados pelo Diretor de Secretaria e suas folhas rubricadas pelo Juiz Federal da Justiça Militar da União, constando da capa o fim a que se destinam e da lombada o número de ordem.

Art. 24. Os servidores das Auditorias, quando participarem das sessões e audiências, farão uso das vestes previstas no Regimento Interno do STM.

~~**Art. 25.** O horário de expediente de cada Auditoria, ressalvadas as das 1ª e 2ª CJs, será fixado pelo respectivo Juiz Auditor, observada a jornada de trabalho estabelecida em lei.~~

Art. 25. O horário de expediente de cada Auditoria será fixado pelo Diretor do Foro, observada a jornada de trabalho estabelecida em lei. ([Redação dada pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006](#))

Parágrafo único. Nas 1ª e 2ª CJs, o horário de expediente será estabelecido pelo Diretor do Foro. ([Vide Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006](#))

Art. 26. Os casos omissos serão dirimidos pelo Ministro-Presidente do STM, cuja decisão será incorporada ao Regulamento e aplicada em situações análogas.

Art. 27. Fica criada a Seção Judiciária nas Auditorias da Justiça Militar da União, cuja implementação far-se-á por ato do Ministro-Presidente.

Art. 28. As alterações que porventura vierem a ser feitas neste Regulamento, após aprovação do Plenário, serão publicadas no Boletim da Justiça Militar.

Art. 29. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ORGANOGRAMAS (GRÁFICOS DA ORGANIZAÇÃO FORMAL)

I - Ilustra o artigo 4º:



II - Ilustra o artigo 6º:



III - Ilustra o artigo 7º - (1ª e 2ª CJs):



ANEXO I LEGISLAÇÃO CORRELATA

RESOLUÇÃO Nº 314, DE 25 DE JULHO DE 2022
(Texto atualizado pelas Resoluções 324/2023 e 332/2023)

Aprova o Regulamento dos Núcleos de Apoio das Diretorias do Foro da 1ª, 2ª e 11ª Circunscrições Judiciárias Militares, altera dispositivos da Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998, fixa a lotação de funções comissionadas e cargos efetivos da 1ª, 2ª e 11ª CJs e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno; e

CONSIDERANDO as disposições constantes da Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998, que aprova o Regulamento da Auditoria de Correição e da Primeira Instância da Justiça Militar da União;

R E S O L V E, ad referendum **do Plenário**:

Art. 1º A função de Diretor do Foro da 1ª, 2ª e 11ª Circunscrições Judiciárias Militares será exercida pelo Juiz Federal da Justiça Militar lotado na Circunscrição Judiciária Militar, a contar da entrada em exercício como Titular do Juízo, nos termos do artigo 30, inciso XXIII, da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992.

~~§ 1º A função de Diretor do Foro será exercida pelo prazo de 2 (dois) anos, em sistema de rodízio, pelo Juiz Federal da Justiça Militar lotado na Circunscrição Judiciária Militar, respeitada a numeração das Auditorias e mediante designação pelo Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, podendo ser prorrogado por igual período.~~

§ 1º A função de Diretor do Foro será exercida pelo prazo de 2 (dois) anos, em sistema de rodízio, pelo Juiz Federal da Justiça Militar lotado na Circunscrição Judiciária Militar, respeitada a numeração das Auditorias e mediante designação pelo Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, podendo ser prorrogado por igual período ou, ainda, permitidas outras reconduções todas as

vezes que não houver manifestação de Juiz Federal da Justiça Militar para concorrer à referida função. [\(Redação dada pela Resolução nº 332, de 22 de agosto de 2023\)](#)

~~§ 2º Nos casos de licença, férias, impedimentos, faltas ou afastamentos por qualquer outro motivo, o Diretor do Foro será substituído pelo Juiz Federal Substituto da própria Auditoria, ou, eventualmente, por Juiz Federal da Justiça Militar, em exercício na Circunscrição Judiciária Militar, também por designação do Ministro-Presidente.~~

§ 2º Nos casos de licença, férias, impedimentos, faltas ou afastamentos por qualquer outro motivo, o Diretor do Foro será substituído por Juiz Federal, conforme ato convocatório de todos os Juízes Federais em exercício na Circunscrição Judiciária Militar, observada a ordem de antiguidade estabelecida entre os Titulares, por designação do Ministro-Presidente, recaindo nos Juízes Federais Substitutos, no impedimento dos primeiros, pelo mesmo critério de antiguidade. [\(Redação dada pela Resolução nº 324, de 22 de março de 2023\)](#)

§ 3º Nos casos de vacância da função de Diretor do Foro, por remoção, disponibilidade, aposentadoria ou qualquer outro motivo, dar-se-á a designação do seu sucessor pelo Ministro-Presidente, para completar o mandato por período inferior a 1 (um) ano, nas mesmas condições do parágrafo anterior e, de um novo Diretor do Foro, nas condições do caput deste artigo, quando o período a completar for superior a um ano ou houver o preenchimento do cargo do Titular do Juízo.

Art. 2º Haverá, nas sedes das Auditorias da 1ª, 2ª e 11ª CJMs, local destinado, exclusivamente, ao funcionamento do Núcleo de Apoio ao Diretor do Foro.

§ 1º A lotação do Núcleo de Apoio ao Diretor do Foro, de caráter permanente, será de 5 (cinco) servidores na 1ª Circunscrição Judiciária Militar; e de 4 (quatro) servidores na 2ª e na 11ª Circunscrições Judiciárias Militares, sem prejuízo da cessão de servidor para integrar o Foro, em caráter provisório, de acordo com a necessidade do serviço.

§ 2º Caberá às respectivas Auditorias encaminhar à Diretoria do Foro, até o dia 1º de dezembro de cada ano, a indicação de, no mínimo, 2 (dois) servidores para o encargo de fiscal de contratos, a serem designados pelo Diretor do Foro, sem prejuízo de suas respectivas atribuições na lotação de origem.

§ 3º Para o exercício dos encargos no Núcleo de Apoio, o Foro da 1ª, 2ª e 11ª CJMs contará com as seguintes funções comissionadas (FC):

Foro da 1ª CJM	Foro da 2ª CJM	Foro da 11ª CJM
Chefe do Núcleo de Apoio - código FC-05	Chefe do Núcleo de Apoio - código FC-05	Chefe do Núcleo de Apoio - código FC-05
Assistente II - código FC-02	-	-
Assistente II - código FC-02	Assistente II - código FC-02	Assistente II - código FC-02
Assistente I - código FC-01	Assistente I - código FC-01	Assistente I - código FC-01

Art. 3º As atribuições do Núcleo de Apoio à Diretoria do Foro e do Diretor do Foro serão baixadas por ato normativo do Ministro-Presidente, proposto pelos magistrados da 1ª, 2ª e 11ª CJMs, no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta Resolução, observado o disposto no artigo 30 da Lei nº 8.457/1992.

Art. 4º Integram a lotação de cada uma das Auditorias da 1ª, 2ª e 11ª CJMs uma função comissionada de Assistente III (FC-3) e uma de Assistente II (FC-2), além do cargo de Diretor de Secretaria (CJ-3).

Art. 5º A lotação dos cargos efetivos das Auditorias que integram a 1ª, 2ª e 11ª CJMs é de 03 Analistas Judiciários, Área Judiciária, 02 Analistas Judiciários, Área Judiciária, Especialidade Executante de Mandados (Oficiais de Justiça), 09 Técnicos Judiciários, Área Administrativa, 01 Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Agente da Polícia Judicial.

Art. 6º Fica criado o Núcleo Administrativo nas Auditorias da 1ª, 2ª e 11ª CJMs, subordinado diretamente ao Juiz Federal, cujo Chefe será designado para ocupar função de confiança de Assistente III (FC-3).

Art. 7º A Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.
6º
Parágrafo único. Não haverá Seção de Administração nas Auditorias da 1ª, 2ª e 11ª CJMs". (NR)

"Art. 25. O horário de expediente externo será fixado, exclusivamente, pelo Diretor do Foro, observada a jornada de trabalho estabelecida na legislação vigente". (NR)

Art. 8º Ficam revogados os §§ 2º e 3º do art. 7º da Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998, com a redação dada pela Resolução nº 145, de 4 de outubro de 2006.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pelo Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**
Ministro-Presidente

Impressão e acabamento:

Seção de Editoração e de Revisão do Superior Tribunal Militar

Formato: 17cm x 26cm
Papel do miolo: Couchê 70g
Papel da capa: Supremo 250g
Fonte: ZapfHumnst BT, 11
Número de páginas: 39
Acabamento: Lombada

